

Ywy Porã: da retomada do território tradicional à luta pela sobrevivência e ao fortalecimento sociocultural e da língua guarani, dialeto nhandewa

Claudinei Alves – Rowitxa¹

“Para haver dia, Ele, Nhanderu, fez o sol

E para haver noite, Ele fez a Lua”

(Parte do cântico sagrado da aldeia Ywy Porã)

Abatiá é um município paranaense que fica no norte pioneiro do Estado, com aproximadamente 7.241 habitantes, distante 381 km de Curitiba, capital. Curiosamente, Abatiá é uma palavra tupi guarani, porém, moradores não demonstram ter conhecimento sobre os indígenas na região ou na história; se conhecem, omitem as informações. A cidade depende do agronegócio com plantação de soja e milho. Nesse município, de acordo com os avós, sempre houve um território ancestral guarani, situado nas proximidades do rio Laranjinha, que por ali passa. Segundo relato deles, o extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio) firmou ali um “posto indígena”, nome dado pela organização desses “pacificadores de índios”. De 1900 até 1930, esse território foi cuidado pelo então SPI. A finalidade daquela extinta organização era “amansar os índios”, entendidos como selvagens, “seres sem alma”, “sem lei e sem organização”; por isso, trouxeram a catequização, orientada por padres jesuítas, que “tornavam nosso povo gente”, com o batismo cristão.

Esses relatos sempre ouvi dos mais velhos da aldeia, no meu tempo de rapaz. Não muito distante de onde estava o posto do SPI, havia uma *Casa de Reza Guarani*, que é o lugar mais sagrado para nós, povo guarani. Com a invasão dos agricultores, foram todos retirados de l , destr  ram tudo, pretenderam não deixar prova alguma de que ali teria existido uma aldeia e um posto do SPI, teoricamente *cuidando* dos avós. No entanto, pedaços de cerâmica encontradas no Rio Laranjinha e mais alguns artefatos provaram posteriormente a existência de um território indígena ali.

O SPI foi extinto por má conduta com os povos que devia proteger e foi criada então a FUNAI (Fund o Nacional do  ndio) para a prote o dos povos indígenas, mas não foi diferente em nada: mudaram as estratégias de *adestramento* dos povos originários do país com novas ideologias de prote o, voltadas para acultura o e indiferença   nossa cultura.

Voltando aos relatos dos guarani mais velhos, nos arredores vivia outro povo originário: os kaingang, que falam uma língua própria, deles, diferente do guarani. Ainda no tempo do SPI houve na região uma epidemia de febre amarela, causando muitas mortes entre os dois povos. Então, na tentativa de salvar os restantes, o posto se mudou de l  e levou nosso povo para uma terra doada por um tal de  ngelo Pavan; essa terra ficava distante 3 km da cidade de Santa Am lia. Alguns avós resistiram, não deixaram o local e, mesmo

¹ Indígena guarani, professor b lingue da aldeia Ywy Por , em Abatiá-PR.

com a epidemia, ficaram por lá, mantendo suas roças sustentáveis, a língua materna e as tradições culturais, além de alguns kaingang.

Com o tempo, de acordo com o que os nossos avós diziam, os fazendeiros da região começaram a ameaçar com armas os que tinham ficado morando no local e, dessa forma, foram tomando posse da terra original do meu povo e foram invadindo o território para o plantio de grande porte.

Os velhos não puderam oferecer resistência, os invasores amedrontavam eles com tiros para o ar, assustando os que tinham ficado para ali viverem. Essa estratégia de expulsão de famílias indígenas de suas terras tradicionais usando armas de fogo existe ainda hoje! Dessa forma, só restou aos avós e parentes buscarem outros lugares e outras aldeias para sobreviverem, deixando para trás seus mortos naquele lugar. Então, ficou fácil para os agricultores da época tomarem posse das nossas terras.

Com o abandono do SPI, o Estado loteou nossas terras e vendeu para os agricultores. O SPI não protegeu aquele lugar que era sagrado para nós, guarani: nossa terra, nossas matas, nossos rios, nossos mortos e a Natureza. Com o tempo surgiu uma nova geração de guarani a partir de alguns avós. Formou-se no local doado por Ângelo Pavan uma nova aldeia com o nome Laranjinha, que era o nome do rio que passava ali. Quanto ao nosso território sagrado, onde deixamos enterrados nossos mortos, ele foi devastado, pisoteado e usado para o plantio por grandes fazendeiros da região; no entanto, ele não foi nunca esquecido pelos antigos.

Desde a época da colonização, nas disputas pela legitimidade das nossas terras, os invasores praticam o apagamento das histórias dos povos indígenas. E assim afirmam que ali nunca houve aldeia. Eles agem com o apoio de autoridades parlamentares e assim cometem, desde então, atos de expulsão e tentativas de genocídio contra nós, que somos os legítimos donos das terras. Infelizmente, isso ocorre ainda hoje.

A história e a existência daquele local – que é sagrado para nós porque lá ficaram nossos parentes mortos, às margens do Rio Laranjinha –, o nosso território, nunca foram esquecidos pelos sobreviventes do meu povo. As novas gerações guarani sempre ouvem os mais velhos – os que sobreviveram – contarem o que ocorreu na época em que moravam ali e a forma como retiraram meu povo de lá para uma outra terra, enganando-nos de que seria temporário, por causa da epidemia. Mas nossos velhos ensinam que lá é o nosso território, lá está o cemitério dos avós guarani e alguns kaingang.

Nós, o povo guarani, agimos com verdade, somos formados na espiritualidade, nossa força está na coragem de viver, somos um povo pacífico, orientado pela sabedoria ancestral das palavras sagradas, dos cânticos, das danças e das nossas formas de reza. Dessa forma, seguimos o caminhar sagrado, conforme a tradição, mesmo com os avanços do século XXI. Com essa determinação, parte da comunidade da aldeia Laranjinha decidiu retomar o nosso território ancestral, conhecido como Posto Velho, em dezembro do ano de 2005, movida pela necessidade do nosso legítimo espaço e de sobrevivência da tradição: fortalecimento das nossas práticas socioculturais e espirituais, da nossa língua materna e de nossos projetos de desenvolvimento sustentável em nossa Terra sagrada retomada.

A nova aldeia foi nomeada *Ywy Porã* (território sagrado). No dia da decisão, mobilizamos mais de 160 pessoas nossas, entre homens, mulheres e crianças; mais de 45 famílias movidas pela coragem e determinação guarani. Esse ato de retomada teve como objetivo pressionar o Estado e o governo federal para o reconhecimento do nosso território tradicional, terra guarani, lutando pela demarcação da nossa terra

tradicionalmente ocupada, conforme garante a Constituição de 1988. Esse ato foi decidido pela maioria de mulheres.

São correntes as informações destorcidas contra os povos indígenas – dizem que recebemos ajuda financeira vinda de fora, que somos “gente selvagem, ignorante”, que precisa se acabar, que somos gente perigosa, preguiçosa e que bebe, que não somos indígenas mais, que não havia ninguém ocupando nossos territórios antes da invasão dos europeus, entre outras informações falsas. Na região de Abatiá, agricultores invasores tentaram nos expulsar, usando armas contra nós, nos intimidando, aglomerando-se próximos ao local que retomamos, usando caminhões, tratores e carros, atirando contra nós e gritando ameaças. Mas nosso povo tem resistido, aguentado firme, sustentando nossa decisão. Nenhum de nós se armou. Levamos apenas nossa verdade, nossa força espiritual.

Os primeiros meses foram muito difíceis, éramos afrontados e ameaçados pelos fazendeiros, mas nossas famílias resistiam, decididas pela retomada e formação da nossa aldeia Ywy Porã. Eu vivenciei o sofrimento das mães e seus filhos sem água, com alimentos muito escassos. Foram todos com apenas algumas roupas e cobertores; dividíamos as casas que já existiam ali para a proteção das crianças, principalmente as de peito que, por vezes, choravam por falta do leite materno. Nos primeiros meses, os homens e os adolescentes mantinham-se alertas todo o tempo e assim permanecem, aguardando a legalização da terra e respeitando as leis, que conhecemos.

Mesmo com todas as dificuldades, não desistimos. Lideranças indígenas apoiaram o cacique nas lutas por melhorias futuras e pela estrutura da aldeia, cuidaram principalmente da obtenção de comida para todos, da segurança contra os ataques físicos e os verbais que os fazendeiros faziam, para colocar a população da região contra as famílias indígenas. Ajuda do governo nunca veio. Ações missionárias levavam algum alimento mais prioritário durante a retomada. A ajuda da FUNAI era muito pouca, eles argumentavam que não era área demarcada, no entanto, era território tradicionalmente ocupado! O cacique cobrava atitude do Ministério Público Federal. Fazíamos uma retomada pacífica e precisávamos de respaldo legal para que a nova aldeia acontecesse e tivesse segurança para a comunidade.

No segundo ano de retomada, as crianças seguiam estudando com a extensão da escola da aldeia Laranjinha, de onde vieram. Porém, não havia uma estrutura adequada; muitas aulas ocorriam a céu aberto, no frio, no calor, nas chuvas. A primeira escola era cercada por bambus, coberta com lona azul, me lembro ainda. E as mesas eram feitas com tábuas, pelos homens. Foi sofrido demais para as crianças, mas elas tinham a força dos ancestrais guarani. Mesmo com algum receio, o Departamento de Educação levava algum material escolar para as crianças, além da merenda. As famílias não tinham atendimento de saúde adequado. Em caso de emergência, elas eram atendidas pela equipe de saúde da aldeia Laranjinha mas, por não sermos mais da mesma aldeia, o cacique de lá proibiu esses atendimentos para nós.

A aldeia Ywy Porã nasceu das forças ancestrais e essa força levou o cacique e lideranças a reivindicarem a própria escola e o atendimento local de saúde, além de auxílio em alimentos pelo MPF de Londrina. Nas tardes angustiosas dos primeiros meses de retomada, as famílias se reuniam em um local específico, à beira da fogueira sagrada, para pedir proteção e sabedoria a *Nhanderu*, cantando e dançando, seguindo com a reza sagrada entoada pelos mais velhos a *djaryi* e o *txamõi*.

A nova aldeia não tinha água potável; era, então, de minas, que foram pisoteadas pelos animais dos sítiantes, misturadas com seus estrumes e estavam contaminadas por veneno jogado nas plantações locais.

Nos primeiros anos de formação, em meio a muitas ameaças judiciais de despejo, a comunidade seguiu firme e com fé naquilo que decidiram, quase sem nenhum apoio externo. No entanto, a aldeia foi ganhando forma e estrutura, ergueu-se a Casa de Reza Guarani, local sagradíssimo para nós, guarani. Após muita luta e esperança, foi reconhecido o Território Ywy Porã como Área Indígena ancestral guarani de dialeto nhandewa.

A partir daí, a escola ficou independente; passou por várias reformas estruturais, ainda precárias. Também para atendimento próprio de saúde, houve formação de novos profissionais na comunidade. Em 2019, o Estado construiu, finalmente, uma escola de alvenaria, com equipe pedagógica indígena e também foi construído um posto de saúde local com médica, agentes de saúde, enfermeira e dentista. Atualmente, alguns trabalham nos arredores em sítios recebendo por diárias. A maioria das famílias consegue sobreviver com o auxílio Bolsa Família; muitas famílias se ajudam coletivamente na organização das festas tradicionais; mais recentemente, temos recebido doações de cestas para a comunidade e há famílias que trabalham com artesanato tradicional, vivendo de vendas.

Houve várias conquistas: um poço artesiano e projetos de construção de centro cultural e barracões para guardar implementos agrícolas. Muitas famílias conseguiram construir uma casa melhor com o trabalho assalariado, mas segue a nossa esperança da demarcação do território tradicional. Todas as nossas conquistas não vieram porque quiseram realmente nos ajudar; muitas conquistas vieram no curto, médio e longo prazos, sempre reivindicados com base nos direitos indígenas descritos na Constituição Federal de 1988, nas lutas de caciques, das lideranças e da comunidade.

A aldeia Ywy Porã está situada no município de Abatiá, no norte do Paraná, mas ainda é conhecida como Posto Velho. A área reivindicada para a demarcação é de aproximadamente 1000 hectares, com bacia hidrográfica ambiental, devastada pelas plantações de soja dos fazendeiros, e elas vão até as margens do rio e uma boa parte é ocupada por plantação de eucaliptos das fazendas, além de criações de gado. Eles não têm preocupação com reflorestamento; toda a área ao redor é utilizada por agriculturas.

Quando voltamos para a aldeia atual, tinham acabado com tudo, não havia mata nos arredores, uma parte era ocupada por bovinos e a outra era de vegetação devastada. Atualmente, recuperamos o meio ambiente: formaram-se matas fechadas e já temos de volta os animais naturais da região; no rio, também aumentaram os peixes, mesmo prejudicados pelos agrotóxicos escorridos para o rio e espalhados nos arredores da aldeia. A comunidade segue na sobrevivência, procurando fortalecer e praticar os saberes ancestrais. Parte da agricultura de arrendatários fica próxima da escola da comunidade; em tempos de plantio, máquinas de agricultura lançam veneno ao ar livre, deixando o ar esbranquiçado o dia todo, mesmo tendo aulas.

A sobrevivência guarani no seu território tradicional que está sendo retomado para ser demarcado não tem sido fácil; por isso cantamos, dançamos, faz-se o *mborai rungwa* (cânticos sagrados), *djerodjy ete* (danças sagradas) e a práticas da *Nhe'ê Porã* (palavras sagradas), na busca da nossa força espiritual.

E a nossa luta continua ainda em pleno século XXI, quando os povos originários continuam sendo perseguidos por reivindicarem seus direitos originais de permanência em seu território sagrado; parlamentares e governos não respeitam as tradições indígenas e nossas diferenças culturais. Permanecem as mesmas perseguições contra nosso povo desde o século XVII, com início da colonização. Isso porque os direitos continuam nas mãos daqueles que dominam o poder na elite governamental. Não se respeitam ainda os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988, direitos de sermos e de vivermos

nossa cultura diferente, com o direito de termos nossas terras tradicionalmente ocupadas demarcadas; ao contrário, continuamos vendo, mesmo em territórios retomados e até já demarcados, sendo invadidos em meio a genocídios contra nosso povo, realizados à luz do dia. Vidas indígenas são tiradas de seu convívio, principalmente lideranças que lutam pelos direitos dos seus povos – isso ainda hoje, com o apoio de uma elite parlamentar e de uma parte do governo que quer, desde sempre, exterminar os povos originários em nome de um *progresso* e de explorações indiscriminadas, agrícola e mineral.

A colonização europeia do século XVII marcou o início de um processo brutal de opressão e apagamento cultural dos povos indígenas nas Américas. Com a chegada dos colonizadores, comunidades inteiras foram dizimadas por doenças, guerras e pela exploração forçada. Além da violência física, houve uma intensa perseguição cultural: línguas nativas foram proibidas, rituais considerados pagãos foram criminalizados e práticas sociais tradicionais foram substituídas por valores ocidentais. A imposição da religião cristã, por meio das missões jesuíticas, foi uma das ferramentas principais desse apagamento, desestruturando cosmovisões ancestrais e modos de vida sustentáveis, profundamente conectados à Natureza.

A perda da língua materna constitui um dos impactos mais profundos, pois a língua e a cultura andam juntas, ela carrega saberes, histórias e identidades. Com o tempo, muitos povos deixaram de transmitir a língua às novas gerações por medo, vergonha ou falta de espaço para a valorização das nossas culturas. As práticas socioculturais – danças, cantos, festividades e modos de organização social – sofreram um apagamento sistemático. Atualmente, as comunidades indígenas ainda enfrentam as consequências desse processo histórico. Muitas vivem em situação de vulnerabilidade social, lutando pelo direito à terra, à educação bilíngue e à preservação de seus saberes. Mas fazemos resistência crescente e um movimento de retomada cultural. Jovens indígenas vêm se mobilizando para revitalizar suas línguas, fortalecer suas identidades e ocupar espaços políticos. A história da colonização deixou marcas profundas, mas também despertou um espírito de luta que se renova a cada geração.

Trazemos marcas profundas de dor e sofrimento com consequências psicológicas e culturais, principalmente a partir de ideologias cristãs que nos denominam pagãos, erguem seus templos nas nossas comunidades e menosprezam a *Oy Gwatsu*, que é nosso lugar sagrado, onde realizamos nossos rituais de cânticos, rezas e reverências a *Nhanderu*; eles ensinam nossos parentes a desprezarem os guarani que não pertencem à religião cristã.

Desde a invasão europeia, essa estratégia de conversão ao *caminho verdadeiro cristão* ainda perdura e nos traz divisões internas, gerando conflitos entre nossas famílias e clãs. Outra estratégia empregada tem sido a de dividir o povo guarani pelas diferenças dialetais no mesmo povo guarani. A nação guarani é muito grande e extrapola os limites do Brasil; mas o *djurua* (não-indígena) dividiu o povo guarani pelas diferenças regionais de fala; existem três dialetos guarani, mas são todos guarani; no entanto, querem que quem fala um dialeto guarani não pertença ao povo guarani, o que enfraquece a união guarani.

A essência da espiritualidade guarani está no ser, no conviver, não está desconectada da língua materna; é através dela que, há mais de 1.500 anos, nosso povo mantém a comunicação e a força orientada por *Nhanderu*, na Casa de Reza Guarani, onde saberes tradicionais e sagrados são repassados pelos mais velhos, os *txamôi* e a *djaryi*, que estabelecem nossa comunicação com os guardiões da Palavra Sagrada.

A espiritualidade do nosso povo guarani é uma marca e a parte essencial da nossa cultura e do nosso modo de vida. Para nós, tudo no mundo possui espírito ou tem donos – dos seres humanos aos elementos

da Natureza (rios, montanhas, árvores e animais). Essa nossa visão do mundo ou cosmovisão é chamada *ywyropy*, ou seja, a maneira como nossos antepassados entendem e se relacionam com o Universo. Um dos pilares centrais dessa espiritualidade é a crença em *Nhanderu Ete*, que criou todas as coisas, tem a voz dos trovões e mantém guardiões espirituais das chuvas e tempestades às suas ordens. Ele teria criado o mundo, os seres humanos e todos os elementos da Natureza. Outro ser divino importante é *Tupã*, considerado o guardião sagrado das águas, responsável por dar sentido às chuvas e às tempestades. A figura de *Nhandecy*, nossa mãe, também é essencial, ela representa a Mãe-Terra, a fertilidade e o cuidado, ela é todo o ambiente e a Natureza. A palavra e a linguagem são sagradas para nós, guarani.

Cremos em um princípio espiritual chamado *Ayvu Rapyta*, que significa *o fundamento da palavra*. Para nós, falar é um ato do viver espiritual, pois a palavra carrega força e verdade. Outra crença nossa é a existência da *Yvy Marãey*, a nossa terra sem males ou *ywy nhomimbyre*, a terra escondida. Trata-se de um lugar sagrado e perfeito, onde não há dor nem sofrimento. Muitos grupos do povo guarani fizeram históricas peregrinações por vastidões, em busca dessa terra; nossa espiritualidade também guia decisões práticas e sociais. Essa conexão com o mundo espiritual é mantida por meio de rituais, cantos sagrados e danças, que nos transmitem ensinamentos, curam doenças e reforçam a nossa identidade cultural. Nesses rituais, o papel do *txamõi* é muito importante. Ele é o líder espiritual da aldeia, cabe a ele a responsabilidade pela comunicação com o mundo espiritual, pela cura dos doentes e pelas orientações à comunidade.

A morte, para os guarani, não representa um fim; é uma passagem para o plano espiritual. Os espíritos dos antepassados permanecem vivos, lá, e atuam como protetores e conselheiros dos vivos. Por isso, os mortos são respeitados, lembrados e protegidos.

O guarani vive em equilíbrio com a natureza; cortar uma árvore ou caçar um animal requerem respeito e permissão espiritual. Essa relação harmônica com o mundo natural vem da profunda sabedoria do nosso povo e da importância de preservarmos seus valores. Através das *belas palavras*, revelações são feitas aos nossos mais velhos, que têm visões e aconselham nosso *ogwata porã*, o caminhar sagrado dos guarani.

A paciência e a calma são atributos que nós, guarani, aprendemos desde muito cedo. *Guaranis ete'i* (verdadeiros) precisam aprender a meditar e a viver em harmonia com a Natureza que nos rodeia. Aprendemos também a nos desligar dos impulsos do corpo e buscarmos a perfeição para podermos ir à morada dos *Nhanderu ete*. As crianças aprendem, desde cedo, as características do seu *nhe'é'ã* (espírito), de acordo com o lugar celeste de onde vêm, e a comunidade guarani vai lhes ensinando a viver e exercitar estas características (como rezador, *xondaro*/guerreiro, agricultor etc). Nós, guarani, aprendemos a ser calmos, pacientes e ouvir com atenção. Os conselhos dos nossos mais velhos nos ensinam a ser *Guarani ete'i*. Nosso povo guarani expressa nossas histórias através da oralidade e, em nossos corpos, através das danças, cantos e pinturas corporais.

Nossos guerreiros seguem na luta pela retomada dos territórios que já foram usurpados de nós, lutam contra a falta de alimentação para nossas crianças, que passam fome em muitos territórios, reivindicam justiça para os líderes que já se foram e continuam sendo assassinados e pedem proteção ao Estado contra as perseguições e as invasões ainda atuais nas aldeias, além de denunciarem os impactos ambientais que vêm causando muito males a todos os povos, com o desmatamento, a poluição produzidas pelas indústrias e os agrotóxicos lançados ao solo e escorridos para as águas, trazendo doenças ao organismo humano. Mas, as

vozes ancestrais continuam guiando cada nação e fortalecendo cada um dos povos originários na luta pela sobrevivência em caminhada espiritual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resistência e Esperança: A Saúde Mental e a Vida dos Povos Indígenas no Brasil Contemporâneo

Desde a chegada dos colonizadores em 1.500, os povos indígenas enfrentam profundas violências físicas, culturais e espirituais. As consequências desse encontro desastroso têm sido o extermínio de inúmeras etnias, a destruição de formas tradicionais de vida e a imposição de doenças desconhecidas que dizimaram populações indígenas inteiras. Passados mais de 500 anos, os povos originários do Brasil continuam lutando por sobrevivência, enfrentando agora novos e antigos inimigos: o abandono do Estado, o racismo estrutural, a perda de territórios sagrados e a imposição de modos de vida que fragilizam nossas identidades.

Entre os povos mais afetados está o povo guarani, ao qual pertencço. Historicamente vimos enfrentando a expropriação de nossas terras e, por isso, muitos de nossos parentes vão viver às margens de rodovias, em condições precárias e humilhantes. A perda do território, essencial à espiritualidade e à organização social guarani, tem resultado em uma crise profunda de identidade e sentido de vida. Não por acaso, o índice de suicídio entre jovens indígenas é alarmante e desconhecido pelos não-indígenas. O alcoolismo e a depressão avançam como sintomas de um sofrimento mental coletivo invisibilizado.

Essa realidade não pode ser tratada como problema isolado de saúde pública. Trata-se de uma ferida histórica que exige reparação urgente e estrutural. A solução virá, antes de tudo, pelo reconhecimento e demarcação definitiva dos territórios indígenas, garantindo autonomia e preservação das culturas ancestrais. Além disso, políticas públicas de saúde indígena devem considerar não apenas o corpo físico, mas também as dimensões psicológicas, espirituais e comunitárias da vida indígena, integrando saberes tradicionais aos cuidados médicos.

É necessário ainda fomentar a valorização das línguas, das pedagogias próprias, da cosmologia e das práticas de cura dos povos indígenas. O fortalecimento das lideranças tradicionais, dos rituais, do canto, da terra e da coletividade são o caminho para o reencontro com o espírito e a dignidade ancestral. Ouvir os povos indígenas, garantir sua voz nos espaços de decisão e respeitar sua forma de estar no mundo são um dever ético, humanitário e histórico do Estado e da sociedade brasileira.

Apesar de tudo isso, a vida indígena resiste, ainda na esperança de Justiça, escuta e do retorno à terra dos antigos, onde nossa cultura poderá ser vivida plenamente.